



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Cidadania Digital: A Internet como ferramenta social¹

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**

(Universidade Federal do Ceará)

→ Resumo:

As novas tecnologias de comunicação ocupam um papel-chave na reconfiguração das relações sociais contemporâneas. A Internet conecta meio bilhão de pessoas no mundo e tem influência cada vez maior nos processos econômicos, políticos e culturais. Aumenta o interesse dos governos, empresas e de numerosos movimentos políticos e sociais em usar essas novas mídias como propaganda e difusão de idéias. Nosso “recorte” objetiva esclarecer as conseqüências e novos ingredientes que as redes de comunicação digitais adicionam ao cenário político global. Muitos autores colocam dentro de um mesmo contexto o enfraquecimento dos Estados nacionais, o processo de globalização (sem reducionismo econômico), o livre mercado e a ascensão do que se convencionou chamar de “Terceiro Setor”. Este emerge como uma resposta dos cidadãos organizados às tendências excludentes, sociais e políticas. A Internet é democrática no sentido de possibilitar livre circulação da informação, mas não está acessível a todos, além de outras limitações.

→ Palavras-chave:

Internet; cidadania, sociedade de informação.

1. Introdução

Assim como aconteceu com a TV, há cerca de trinta anos, a difusão do computador se dá de forma acelerada, ao mesmo tempo em que ele começa a remodelar, através de uma convergência, os “antigos” ou “convencionais” meios de comunicação¹. Os computadores estão entrando em nosso cotidiano, nos inserindo num mundo virtual, no qual pessoas são representadas por dados, mensagens são enviadas por e-mail (correio eletrônico), conversas e novas formas de sociabilidade ocorrem nos chats e pesquisas acontecem numa escala global; além do fato de que as barreiras como distância, fronteiras e fuso horário foram praticamente eliminadas (uma nova visão da dimensão tempo x espaço). “O atual desenvolvimento tecnológico com a integração potencial de

¹ Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



textos, imagens e sons num mesmo sistema, e em condições de acesso aberto, muda o caráter da comunicação. E a comunicação modela a cultura” (DE PAULA e GUEDES, 1999).

A Internet e todas as outras tecnologias que acompanharam o seu ritmo tiveram seu início com o surgimento dos primeiros computadores, que, na verdade, não passavam de máquinas de calcular. Depois do sistema de válvulas eletrônicas e de transistores, estas máquinas evoluíram até a utilização de circuitos integrados, já na década de 60. Os primeiros computadores foram inventados na Inglaterra e nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial, e tinham o objetivo de ajudar os militares daqueles países. Com o passar dos anos, os pesquisadores perceberam o potencial do uso das máquinas não só para funções militares, mas também para uso acadêmico e, por que não, pessoal. O financiamento vinha das forças armadas, mas o conhecimento era dos professores universitários (CASTELLS, 1999).

Este novo espaço caracteriza-se como realidade ainda “embrionária”, de acordo com o sugerido por André Lemos. Um lugar avesso à centralização, mais próximo da multiplicidade. Para ser mais exato, o ciberespaço tem a forma daquilo que Deleuze denomina “estrutura rizomática”, com uma extensão ramificada em todos os sentidos. Não há uma hierarquia. O modelo da árvore, dotado de um eixo central, vai cedendo lugar ao modelo do rizoma a partir das crises da modernidade (isso se admitirmos a decadência da Era Moderna).

A economia, a política, o saber, a cultura e a identidadeⁱⁱ de pessoas são alguns dos campos já atingidos que estão se modificando, adaptando antigas características inerentes às suas especificidades. Em poucos minutos, em questão de cliques, o dinheiro de um investidor “viaja” da América para a Ásia (isso pode ser bom por facilitar as transações entre as pessoas, mas pode ser maléfico no sentido de que, ao poder movimentar suas somas, grandes investidores e especuladores podem “quebrar” a economia de um país inteiro); através das redes de comunicação, diversas pessoas, em diferentes localidades, podem se filiar a uma Organização Não-Governamental,

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



planejando ações ambientalistas, de educação à distância, de pressão sobre Estados ou empresas.

Nossa lógica de pensamento visa argumentar sobre as mudanças que ocorrem no cenário político devido, dentre outras coisas, às tecnologias, à globalização, à mobilização e a outras mudanças que reforçam a ação dos chamados “novos movimentos sociais”, que ganham uma forma de atuação distinta inclusive pelo uso da Internet. Este é o cerne de nosso tema e curiosidade científica. Os novos componentes políticos, intrinsecamente ligados à mídia, influem, afetam política tradicional, aquela evidenciada nas ruas ou nos parlamentos.

2. Uma sociedade nova pelo digital ou a constituição de uma hegemonia nova?

O termo ciberespaço, que aparece constantemente na mídia e nas discussões sobre tecnologias da informação, é uma das grandes questões do século em que acabamos de entrar. A discussão é sobre o “impacto” que a comunicação mediada pelo computador vai gerar, ou já está gerando, no nosso dia-a-dia. A Internet, rede mundial de computadores, conecta milhões de pessoas em todo o mundoⁱⁱⁱ e tem sua influência cada vez maior nos processos de sociabilidade, econômicos, políticos, culturais, dentre outros.

A partir de diversos estudos conduzidos por teóricos do campo da Antropologia, Sociologia, Psicologia e Comunicação, podemos perceber a intenção histórica da esfera governamental de se aproveitar dos meios de comunicação para propagar idéias e iniciativas (o que nos remete ainda à noção de hegemonia teorizada por Gramsci). Isso aconteceu, por exemplo, quando Getúlio Vargas instituiu o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e quando os governos militares (1964-1985) censuraram os meios de comunicação, atrelando seus funcionamentos aos interesses do Estado, em defesa as “Segurança Nacional”. Fatos como estes ocorrem pelo simples motivo de que os meios de comunicação tornaram-se, ao longo do século XX, sobretudo, elementos indispensáveis da estruturação social e política dos povos, funcionando até mesmo como extensão dos homens (ao estilo MacLuhan) ou suporte para a inteligência coletiva.

“As possibilidades [da rede] estendem-se muito além do comércio. O setor público está sitiado no mundo inteiro. Os contribuintes de todas as partes querem um Estado maior e mais barato (...) Os programas governamentais podem distribuir-se eletronicamente pela *rede* e, com isso, melhorar a qualidade e reduzir os custos. Pode-se facilitar o acesso à informação oficial e criar, assim, um governo mais aberto. Os

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

departamentos virtuais podem combinar o trabalho de muitos organismos para oferecer aos cidadãos um canal de comunicação único. Pelas redes, pode-se acabar com a democracia.” (CEBRIÁN, 1999)

O ponto inicial que destacamos com o advento do ciberespaço é a junção entre comunicação massiva e interatividade. O telefone é interativo mas não é massivo, além de ser arbitrário por exigir que a pessoa chamada atenda o aparelho em determinada hora e que esteja em determinado lugar; a televisão, o rádio e o jornal impresso são massivos mas não interativos. O computadores dão essa oportunidade às pessoas.

A tecnologia, que foi durante a modernidade um instrumento de racionalização e de separação, parece transformar-se numa ferramenta convivial e comunitária. “... como mostram diversos sociólogos (clássicos e contemporâneos) é a ‘atração social’, o sentimento de ‘estar junto’ o verdadeiro cimento de toda a vida em sociedade” (LE MOS; 1998b).

Se considerarmos que existem três processos básicos de comunicação na atualidade (**interpessoal**: pessoas que se comunicam presencialmente, interação; **massa**: pressupõe transmissão e recepção de produtos a distância, com uma interatividade simulada; **ciberespacial**: a modalidade mais avançada, mediada pelo computador e feita através de redes interativas), veremos que as teorias da comunicação foram baseadas, admitindo certa simplificação, em estudos empíricos das duas primeiras formas que acabamos de apresentar. No ciberespaço, emissor e receptor se confundem. Assim se dá essa nova confusão teórica nesta nova fase da sociedade tecnológica.

Eugênio Trivinho considera que

“diante do *cyberspace* (grifo do autor), a teoria também não escapa aos pesares da saturação extrema que tudo permeia, ameaça e torna hipertélico (...) Em outras palavras, apenas para ressaltar, o *cyberspace* está, decididamente, além das potencialidades convencionais dessa teoria na medida em que ele transborda aspectos dificilmente assimiláveis por ela.” (TRIVINHO, 1996)

A noção de cibercultura quebra não apenas o discurso da Teoria da Comunicação, fundamentada basicamente a partir da década de 50, mas

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



também quebra o discurso da modernidade. Seria uma ruptura epistemológica? Ou uma continuação da modernidade com ares mais tecnológicos?

Estamos entrando numa nova era na qual podemos apontar a informação e a informatização como as portas que nos levam ao conceito de globalização. Com todas essas mudanças, estabelecimentos de novos costumes, é levantado o seguinte ponto: entramos ou não na *sociedade de informação*? Os que respondem afirmativamente, principalmente os teóricos do “pós-industrialismo” (Daniel Bell e seguidores), ainda têm discussões internas para formular uma fundamentação teórica.

“Já é tradição em teorias do pós-industrialismo e informacionalismo, começando com os trabalhos clássicos de Alain Tourraine e Daniel Bell, situar a distinção entre pré-industrialismo, industrialismo e informacionalismo (ou pós-industrialismo) num eixo diferente daquele em que se opõem capitalismo e estatismo (ou coletivismo, segundo Bell). Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (CASTELLS, 1999)

A linha do pós-industrialismo estuda a diferença entre a sociedade atual e todas as outras anteriores. Há mesmo quem separe a existência humana em duas: a.c. (antes do computador) e d.c. (depois do computador). Seus pensadores, como nos mostra GUEDES (1998), geralmente ressaltam cinco definições de sociedade da informação, cada uma apresentando seus critérios para identificar o novo: Fatores tecnológicos, fatores econômicos, fatores ocupacionais, fatores espaciais e fatores culturais.

Há os que não se satisfazem com a expressão “*sociedade de informação*”, por considerar característica central da sociedade atual uma continuidade com o passado. Incluímos aqui os “neo-marxistas” (Herbert Schiller), que admitem um significado especial da informação em nossa era, mas subordinada aos princípios de uma velha ordem social. O único consenso existente sobre o tema, portanto, é de que “a informação atingiu um patamar especial na sociedade contemporânea” (DE PAULA e GUEDES, 1999), isto é, se a “radicalização” da modernidade não nos permite falar em



sociedade de informação, como querem alguns, podemos sem dúvida utilizar o termo “Era da Informação”. Cada vez mais a riqueza deixa de se associar aos bens materiais para se aliar ao conhecimento. “Conhecimento é poder”, como diziam os primeiros modernos Francis Bacon e Thomas Hobbes.

Práticas como concorrência mais acirrada por mercados, desregulamentação da economia e privatizações, vêm pouco a pouco nos inserindo num novo ambiente, onde o Estado reduz de sobremaneira sua atuação. O mundo parece se tornar um só, a realização do que Marshall MacLuhan chamou de “Aldeia Global”.

De fato, o sistema de comunicações rápido e universal permitiu que várias empresas acelerassem seu processo de expansão, tornando o mercado genuinamente mundial e nos fazendo pensar se é possível ou não o estabelecimento de uma cultura global. Se observarmos a Revolução Industrial logo em seu início, poderemos perceber que ela também foi marcada por mudanças no cotidiano das pessoas, com a queda do emprego agrícola e artesanal, ao mesmo tempo em que havia intensa urbanização.

O tema “globalização” se tornou “moda” no debate acadêmico do final do século XX, “surgiu quase de lugar nenhum para estar em toda parte” (GIDDENS, 2000). Mas este fenômeno, de acordo com alguns pensadores, é mais antigo do que podemos imaginar. Marx, ainda no século XIX, já identificava a globalização como uma conseqüência lógica da expansão capitalista em busca de matérias-primas e mais mercados para os seus produtos. Nos escritos do pensador alemão, ao conduzir a uma divisão da humanidade em duas classes obrigatoriamente antagônicas, a burguesia e o proletariado, o capitalismo estaria preparando as condições para sua própria queda. Como se confirma pela existência de religiões mundiais pré-modernas, a globalização não é apenas um fenômeno da era moderna.

Atualmente, o fenômeno da globalização se mostra mais complexo do que Marx previa, e em diversos aspectos, sem retirar, é claro, o mérito do filósofo. A análise passa a ser mais aprofundada quando a história mostra não o fim do capitalismo, mas o seu distanciamento do modelo clássico sobre o qual Marx dirigiu suas reflexões. O capitalismo parece conseguir se adaptar muito bem às mudanças, às tendências sociais, sempre se renovando^{iv}. A partir da década de 80, a revolução acontecida na tecnologia

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



da informação foi essencial para a implementação do processo de reestruturação capitalista.

Os analistas, geralmente, interpretam a globalização de formas diversas: um processo fatal e “inescapável”, do qual todos fazem parte e são obrigatoriamente inseridos; uma ideologia propagada pelo Banco Mundial e países dominantes para servir aos interesses das transnacionais. Há ainda pensadores que usam expressões como “Disneylândia global”, proposta de Octávio Ianni.

Ao abordarmos o tema sociedade de informação, entramos na seara da troca quase que instantânea de informação, comunicação cultural e também dinheiro. Podemos, aliás, afirmar que a economia é uma das únicas áreas da vida social realmente globalizada. A interdependência ganha maior forma, configurando-se uma nova relação entre economia, Estado e sociedade.

A globalização se caracteriza, entre outras coisas, pelo fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, pelo fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética; pela crescente unificação dos mercados financeiros internacionais e nacionais; pela regionalização do espaço econômico mundial; pelo surgimento de novos movimentos sociais, sejam eles ecológicos ou étnicos; pela descentralização da produção; a fragmentação das grandes ideologias. Estamos diante ainda de uma oligarquização da ordem econômica tradicional, pois é fato a consolidação do poder das transnacionais e de grandes grupos financeiros.

São várias inquietações. Que relações de produção emergem deste ciclo de mudanças? Seriam estes “abalos” sócio-culturais, e até teórico-conceituais, os indícios de um “Mundo em Descontrole”, como aponta Anthony Giddens? Martino afirma que:

“A globalização pode ser definida como o longo processo de abertura e de cruzamento dos patrimônios étnicos até então restritos a uma ordem local e identificados com as comunidades de origem. Ele culmina com a formação de um patrimônio comum, um patrimônio que não pertence mais a nenhuma etnia particular, mas que, propriamente falando, é da humanidade. (MARTINO, 2000)

Adotamos este conceito por não considerar que na globalização apenas o lado econômico é relevante. A oligarquização da ordem econômica (com megafusões de empresas) e o agrupamento de países em blocos para competição no mercado convivem paralelamente com movimentos sociais de caráter internacional. Devemos necessariamente incluir as transformações políticas e culturais que ocorrem tanto nas esferas globais e locais.



3. Novos atores no contexto social contemporâneo

Não só as tendências políticas estão na vanguarda dos debates sobre a globalização. No campo teórico, podemos situar a posição acadêmica sobre o assunto admitindo um dualismo grosseiro, mas didático, entre céticos (para quem a globalização é uma construção ideológica que ajuda na justificativa do projeto neoliberal) e globalistas (a globalização é um fenômeno real, histórico e significativo). Nenhuma das duas teses, é bom que se diga, esgota a complexidade do fenômeno.

A idéia do capitalismo global, “escutada” pelos bilhões de dólares de Bill Gates, pode ser enganosa de acordo com os céticos pois não reconhece a diversidade de formas capitalistas existentes intrínsecas a cada estrutura nacional. O mundo contemporâneo da comunicação, apesar das novas configurações das barreiras de tempo, espaço e fluxo de capitais, não pode admitir o que muitos “apocalípticos” denominam “fim da geografia” pela perda de força dos Estados e suas fronteiras, já que toda a atividade de pesquisa, desenvolvimento, comércio e consumo precisa de um cenário. Isto é, o espaço continua a ser fator determinante na distribuição de riqueza e do poder.

Os governos não são mais os únicos atores que se colocam para discutir a ordem internacional. Os ciclos mundiais da ONU contam cada vez mais com a participação atuante de entidades oriundas da sociedade civil organizada. Esta presença de entidades privadas, mas de caráter público, são a essência daquilo que Boaventura Santos chama de “globalização contra-hegemônica”, onde grupos defendem os interesses de excluídos do capitalismo global.

O crescimento de organizações e aglomerados internacionalizados, por exemplo, vem alterando a dinâmica da relação entre Estado e sociedade civil.

“O vínculo exclusivo entre território e o poder político rompeu-se. A era contemporânea tem assistido a um espraiamento das camadas de gestão governamental dentro e através das fronteiras políticas. Novas instituições internacionais e transnacionais têm vinculado Estados soberanos e transformado

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

a soberania num exercício compartilhado de poder” (HELD, McGREW, 2001)

São diversos fenômenos que podem comprovar a assertiva anterior: a criação de agências multilaterais de desenvolvimento, organizações intergovernamentais (blocos econômicos) e sobretudo organizações não governamentais que atuam em todo o planeta. São evidenciadas diversas camadas de governo (local, nacional, regional, global) que põem em cheque a onipresença do Estado. O fato é que os governos têm dificuldades em levar adiante projetos internos sem cooperar com outros órgãos políticos e econômicos, o que compromete sua autonomia.

Como afirma Castells, “Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos”. (CASTELLS, 1999)

O professor Liszt Vieira completa:

“O Estado-Nação é um fenômeno historicamente recente, que vincula os direitos e a comunidade ao território, mas sua supremacia sempre foi débil e está cada vez mais questionada por se contrapor a identidades, comunidades e valores mais locais e particularistas, ou mais gerais e não territoriais”. (VIEIRA, 1999)

Os problemas que afetam a humanidade e o mundo, assim como as redes de comunicação, estão deixando, de alguma forma, de levar em conta as fronteiras geográficas. Comércio, produção, desemprego, degradação ambiental são questões que ganham cunho transnacional. Está surgindo, assim, um novo conceito de cidadão, de cidadania, que é caracterizada pelo “planetário”, ora ao lado, ora em contraposição ao Estado e poder econômico do mercado. A nova cidadania, concebida com a idéia do global, requer uma renovação na sociedade, chamando a atenção para a responsabilidade pública. O desafio reside em mesclar idéias democráticas com pluralismo numa comunidade mundial política e em repensar esta nova sociedade com maior espaço na gestão pública, estabelecendo novas relações com o Estado (canais permanentes de negociação entre sociedade civil e órgãos do governo; correlação de

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



forças). Enfim, confrontar cidadania passiva com cidadania ativa. É aí onde entra a noção de Terceiro Setor.

Foi ainda na década de 60 que a idéia da participação popular começou a ganhar força no cenário internacional. A sociedade civil passou a utilizar sua capacidade de articulação, contrapondo-se ao caráter meramente produtivo, influenciando no jogo político, organizando e implementando ações de cunho público, mas não estatal. A chamada “racionalidade econômica capitalista” foi refutada com ações que visam minimizar os impactos da exclusão social.

Há uma mudança de orientação no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado. A organização tradicional da sociedade apresentou primordialmente a correlação de forças entre o Primeiro Setor (Governo ou “príncipe”), e o Segundo Setor (as empresas, ou mercador). Quando a sociedade civil começa a se sensibilizar, começa a perceber que também pode influir em importantes decisões políticas e econômicas, emerge uma terceira instância, o Terceiro Setor, “híbrido”, pois é civil, com interesses públicos e que não visa o lucro, em busca de melhorias nas conduções de vida de cada pessoa.

Desde o início da década de 90, o Banco Mundial, juntamente com governos nacionais e locais, chegando a grupos comunitários, passou a incrementar seu discurso com o termo “participação”. Quem nunca ouviu falar em “projeto participativo”, “orçamento participativo”, “diagnóstico participativo”, “democracia participativa”, dentre outras expressões? Sendo assim, a associação de pessoas começou a ser estimulada. Era necessário fiscalizar, influenciar, agir, seja através de um grupo de moradores, de um sindicato ou de uma simples associação carente que distribui sopa nas madrugadas frias. Os mais ousados e entregues às causas sociais, optaram muitas vezes por montar uma ONG (Organização Não-Governamental).

Mas qual seria a definição deste setor que encarna valores como altruísmo, solidariedade e exalta as iniciativas voltadas para o benefício público? O que é Terceiro Setor? De acordo com Rubem César Fernandes,

“pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando



continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido a outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (FERNANDES, 1994)

O Terceiro Setor engloba um conjunto de entidades privadas, não-estatais que realizam programas e projetos de ações sociais públicas. Não são estatais, não visam o lucro, por isso se distinguem enquanto setor. Apesar de não haver dados oficiais, são cerca de 250 entidades dessa natureza formalmente registradas como sem fins lucrativos na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG). O número reduzido tem sua justificativa nos requisitos exigidos para ser cadastrada formalmente como uma ONG: estas entidades não podem estar ligadas ao Estado, a igrejas ou a partidos políticos; devem ter objetivos e ações de caráter público; e precisam ter, ainda, uma personalidade jurídica própria, como sociedades civis sem fins lucrativos.

Debaixo de um mesmo teto, reside, portanto, um universo bastante heterogêneo, às vezes até contraditório (por agregar entidades progressistas e conservadoras), sendo impossível traçar um única linha política que identifique o Terceiro Setor. A própria idéia de um projeto comum é problemática. Temos um verdadeiro “Frankstein”, como coloca GOHN (2000).

“Já não se trata de que as ONGs sejam sinônimo de sociedade civil, mas sim sinônimo de um conjunto mais amplo e heterogêneo, com diversos interesses e agendas, dialético e contraditório, de organizações sem fins lucrativos, de um ‘Terceiro Setor’ que começa a explorar novos diálogos e uma nova cultura de participação cidadã” (THOMPSON in IOSCHPE, 1997)

Entendendo esses novos atores sociais como formas particulares de intervenção, como uma luta pela reestruturação da sociedade e até mesmo novas formas de expressão política, através de ações, fiscalização e de estímulo ao debate, não podemos deixar de tocar no assunto esfera pública, cujo principal expoente e referência é o alemão Jürgen Habermas.

A esfera pública é justamente o lugar onde as pessoas privadas reunidas engajam-se na defesa de uma posição, argumentando, voltadas para o esclarecimento, ou seja, é o âmbito no qual o pensamento das pessoas privadas busca entendimento enquanto espaço de lutas ideológicas, jogo de réplicas, com posicionamentos sustentados na forma de argumentos. A capacidade de se atuar genuinamente na esfera



pública requer o uso público da razão, i.e., posse de uma vontade livre e de uma maturidade racional. São pré-condições para ser o local de geração da tão debatida “opinião pública”.

O fato é que na contemporaneidade não encontramos a tal Esfera idealizada pelo pensador da Escola de Frankfurt pois não se percebe a reunião de um público, o melhor argumento nem sempre vence (muitas vezes é dominado pelo poder político e econômico), outros fatores como o marketing (mídiação da sociedade e da política, tornando esta muitas vezes superficial)^v acabam influenciando a opinião pública (se é que podemos falar em opinião pública, como ataca Bourdieu).

Mas e com o advento da Internet? Existe a possibilidade de uma remissão da Esfera Pública? Na visão de alguns estudiosos mais otimistas do assunto, o crescimento da atuação e influência dos movimentos sociais bem como o advento de mídias eletrônicas interativas nos dão a possibilidade de ver renascida uma nova modalidade de Esfera Pública. Se a sociedade de massa e os meios de comunicação de massa, que funcionam na relação emissor – receptor, haviam limitado o encontro face-a-face dos cidadãos para o debate racional do que é benéfico para a sociedade, podem recursos multimidiáticos (que se utilizam de áudio, vídeo, permitem a interatividade em massa, numa comunicação todos-todos, como sugere Pierre Lévy) nos fazer deslumbrar um novo espaço para o exercício livre da democracia? Há uma nova reviravolta nos meios de veiculação e publicação de uma opinião em um ambiente descentralizado e sem fronteiras temporais ou espaciais como a Internet? Não seria um exagero considerar a Internet uma nova Esfera Pública?

4. A cibermilitância

A comunicação mediada pelo computador é um novo espaço de intervenção pública que vem se destacando por duas características principais: interatividade e agilização dos processos comunicativos. Existe a possibilidade de se constituir uma nova comunidade política, sem barreiras territoriais, a partir de recursos multimídia. Estas Novas tecnologias de comunicação são responsáveis pela ampliação e pela consolidação do que MacLuhan denominou "global village", a partir de novas mentalidades e recursos de comunicação instituídos com o advento da “virtualidade”.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



O cidadão passa a depender menos da imprensa tradicional para formar uma opinião política, ou seja, não vai deixar de ler o jornal impresso ou assistir ao Jornal Nacional da Globo com a família, mas o usuário de Internet passa a contar com um maior número de fontes alternativas, desde governos e sindicatos até informações providas por particulares. Duas são as conseqüências imediatas advindas dessas considerações: uma nova discussão sobre o papel mediador do jornalismo e a pluralidade de opiniões.

“Internet communities function as places of difference from and resistance to modern society. In a sense, they serve the function of a Habermasian public sphere without intentionally being one. They are places not of the presence of validity claims or the actuality of critical reason, but of the inscription of new assemblages of self-constitution”
(POSTER, 1995)

Temos a observar que apesar da afirmação dos pensadores e teóricos de que a Internet já constitui um veículo de comunicação que possibilita uma maior democracia eletrônica através do debate e do contato direto com representantes públicos, muitos políticos e candidatos a cargos eletivos.

Quando em seu livro “A Sociedade Em Rede” Manuel Castells (1999) ressalta a necessidade de se “utilizar o enorme potencial da Internet (...) para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre distintos temas, disseminando informações na sociedade”, na verdade ele está evidenciando o ponto que insistimos: pode-se colocar para o público, sem a interferência de barreiras como espaço ou tempo, as mais diversas visões de mundo.

Muitos de nós já recebemos em nossas caixas de e-mail, por exemplo, mensagens cujo conteúdo têm relação com campanhas virtuais de Organizações Não-Governamentais (ONGs). São abaixo-assinados repudiando determinada empresa ou atitudes de Estados, textos destinados à captação de recursos financeiros, disseminação de informações e pesquisas e, sobretudo, presença institucional. Com a popularização da Internet, a partir de 1996, essas organizações ganharam mais um espaço de divulgação, interação e aglutinação de seus componentes. Qualquer pessoa que tenha acesso a um computador



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

conectado à Internet é participante em potencial dos movimentos sociais que dispõem de um ponto na grande teia.

Se num primeiro momento a comunicação era marcada exclusivamente por sua verticalidade, agora podemos nos tornar provedores de informação^{vi}. Assim, no ciberespaço há lugar para manifestações de diversas naturezas, sejam elas acadêmicas, artísticas, religiosas, sexuais ou mesmo políticas. Movimentos sociais, por exemplo, são contemplados com sites de ambientalistas (Greenpeace e WWF - World Wound Found for Nature); partidos políticos, parlamentares ou ainda candidatos também têm a possibilidade de serem “acessados”, numa mídia que lhes dá espaço 24 horas por dia, 7 dias por semana^{vii}.

Algumas ONGs, como o WWF, por serem internacionais, terem milhares de filiados e, justamente por isso, receberem maiores recursos, acabam conseguindo um maior poder de divulgação e de influência por sustentarem campanhas não apenas na Internet, investindo somas de capital em outros meios de comunicação. No próprio site do Greenpeace podemos assistir, a partir de recursos multimídia disponibilizados, os anúncios que a entidade produziu para a televisão. Desta forma, a rede mundial de computadores acaba se tornando mais um canal de divulgação dentre outros.

Geralmente para essas entidades com maiores orçamentos a Internet não é colocada como principal veículo de comunicação, pois ainda é superada principalmente por jornais e revistas. Para pequenas ONGs, que não podem gastar com impressão de material ou veicular publicidade em rádio e televisão, a Internet inaugura uma nova condição na comunicação. É justamente aí que se percebe como o ciberespaço pode agrupar as mais diferentes formas de vida e organização.

O mais interessante nesse aspecto é que podemos fazer um paralelo entre a organização destas entidades e a organização da forma de comunicação. As redes são estruturas cada vez mais possíveis com o avanço tecnológico, havendo cada vez menos barreiras à livre circulação de informações. Nessa perspectiva, as pirâmides podem ser consideradas estruturas antiquadas, uma vez que a comunicação mediada pelo computador traz a horizontalização, a descentralização do “poder”, a informação. A livre circulação de informações é a condição básica da existência das redes.

A Internet pode, ainda, colaborar com a captação de recursos para entidades filantrópicas (veja o exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, no qual cada clique de um internauta numa “moeda” virtual representa uma contribuição); pode ser

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



útil como meio para difundir informações e conhecimentos. Mas não podemos deixar de dizer, porém, que é essencial uma campanha fora do ambiente virtual para que um site dê certo. A Internet por si só não é suficiente para transformarmos a sociedade.

“A Internet projeta-se como fórum online capaz de revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas própria da cultura de redes. Esta é outra dimensão do imaterial: favorece processos tecnocomunicacionais de participação política, que não se confundem com práticas arraigadas de exercício concentrado de poderes.” (MORAES, 2001)

As cibercampanhas levadas à frente por entidades classistas ou de interesse público geral têm o objetivo de denunciar abusos, protestar enviando mensagens, convocar para assembléias mesmo os que estão em remoto acesso, passeatas ou coordenar campanhas de boicote. A rede mundial de computadores, além de dar visibilidade, por exemplo, aos movimentos sociais, aproxima entidades, facilitando o que se chama de sociabilidade política, a cooperação, o debate.

Não há dúvidas de que a Internet é uma ferramenta poderosa para permitir a articulação entre organizações e entre pessoas. Trata-se de um meio de comunicação novo, bem diferente das mídias que já conhecemos e com as quais trabalhamos. Não é suficiente, porém, que as entidades apenas “marquem presença” na Internet. É necessário, sobretudo, saber utilizar as ferramentas oferecidas de forma correta, sempre se adequando às potencialidades e às necessidades de um determinado movimento social. Assim, ainda é longo o caminho para percorrer até se desvendar todo o potencial da comunicação mediada pelo computador. Lembremos ainda que não podemos dar vez à uma futurologia, querendo adivinhar o que está por vir.

5. Conclusão

Um ponto que não pode passar despercebido no assunto que estamos desenvolvendo: o digital divide, isto é, também há uma exclusão digital,



seja por falta de recursos financeiros, seja por falta de conhecimento para manejar os novos aparatos. Para se ter idéia, apenas 6 ou 7% da sociedade brasileira tem acesso ao computador. Mas não é por isso que devemos encarar esta nova mídia com hostilidade. A tendência de crescimento é, como já dissemos. Além disso, o fato mais importante é que toda nova tecnologia gera, obrigatoriamente, seus excluídos. Havia analfabetos antes da invenção da escrita?

É fato de que a grande maioria do planeta não está online. A metade da população mundial ainda vive no campo, o analfabetismo atinge mais de um bilhão de pessoas, e outros bilhões de pessoas se encontram em estado de pobreza absoluta. Apesar de termos um leque de possibilidades, gera certa incerteza imaginar de que forma traçaremos os caminhos da tecnologia até o social.

“Os efeitos positivos dos novos meios e das tecnologias da informação podem ser ampliados e suas conseqüências negativas diminuídas graças a uma democracia participativa, a um sentido de responsabilidade e consciência, ao exercício de direitos e deveres, e à capacitação de todas as pessoas” (CEBRIÁN, 1999)

O cidadão planetário que está em formação deve transcender o consumo das novas tecnologias para fins econômicos exclusivamente: este novo homem deve trazer para si novas responsabilidades, preservando, por exemplo, os recursos naturais. “As tecnologias de informação e comunicação são consideradas como inúteis se elas não possuem caráter social – social na produção e no consumo” (DE PAULA e GUEDES, 1999).

A Internet oferece condições necessárias para uma maior democratização da vida política da sociedade e do Estado, dada sua capacidade de possuir mecanismos eletrônicos de efetiva participação política e difusão de informação. Supera em muito veículos como o rádio, a Tv, e a imprensa de massa. A rede mundial de computadores é o meio mais ágil e barato de transmitir à sociedade informações que interessam à



sociedade civil, utilizando de seu caráter interativo, o que acaba por aumentar a possibilidade de formulação de uma "esfera pública" ativa.

Parece que a essência dessas duas novidades na sociedade contemporânea, Ongs e Internet, têm algo de semelhante. A vocação para a comunidade, a troca não-mercantil e o posicionamento como rede são alguns elementos comuns a essas duas novidades. E as instituições do Terceiro Setor encontram nas redes telemáticas instrumentos adequados, como abaixo-assinados, e-mails contendo denúncias, esclarecimentos, apelos, conferências, etc.

Porém, devemos ressaltar que se a comunicação ONG x Usuário ainda não é tão interativa quanto poderia ser, pelo menos as mensagens entre organizações é muito eficaz: algumas consideraram como alteração no ritmo de trabalho a entrada em lista de discussões sobre o Terceiro Setor ou desenvolvimento sustentável, por exemplo.

Podemos concluir que boa parte de nossas ONGs utilizam a Internet com a preocupação de desenvolver projetos, gerar informações mais precisas sobre seus objetivos. Mas esta tecnologia ainda não é usada em sua totalidade, ou seja, nem todos os recursos oferecidos são aproveitados da melhor maneira. Nosso estudo de caso demonstra tal assertiva.

A própria ONU intitulou seu relatório do Desenvolvimento Humano, divulgado no último mês de julho, da seguinte maneira: “Fazer com que as novas tecnologias trabalhem para o desenvolvimento humano”. A relevância do tema é comprovada quando a entidade estabeleceu nesta última edição um novo indicador para o Desenvolvimento Humano: o Índice de Avanço Tecnológico (IAT). Ele foi criado para avaliar a disseminação das novas tecnologias e, sobretudo, seu aproveitamento pela população.

A sociedade de informação, se não existe, ou se não há termo melhor para definir o processo de aumento da influência das novas tecnologias na sociedade, revoluciona paradigmas como o da educação (novas formas de aprendizagem, uma nova geração se afirma como mais “inteligente”, mais perspicaz), como o do trabalho (ir para ao emprego sem sair de casa, como já fazem alguns jornalistas). Deverá haver, inclusive, mudanças na estrutura de poder, com uma redistribuição da administração pública. Vemos que o Governo pode chegar mais perto do



cidadão, oferecendo, por exemplo, a regularização de CPFs de isentos do Imposto de Renda pela Internet.

Precisamos compreender sobretudo que as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea não devem ser analisadas somente pelo viés tecnológico, como uma evolução do maquinário e do poder humano de evoluir cientificamente. É necessário analisar possíveis mudanças que ocorrem na esfera pública e privada, devendo aceitar contribuições de abordagens alternativas que vão contra a idéia do determinismo tecnológico. São profundas as mudanças, nos trazendo novas concepções até do Existir.

Entender a complexidade da nova ordem tecno-cultural é um imperativo para os pesquisadores da comunicação e da informação. Somos uma geração pioneira no convívio com estas tecnologias; presenciamos, se não uma ruptura drástica, pelo menos uma reconfiguração do tecido social. De um lado, é sugerido que o aumento no uso das novas tecnologias e suas possibilidades interativas irão ampliar a participação social. Por outro, evidências iniciais apontam que elas aumentam a divisão existente entre aqueles que podem ter acesso e fazer bom uso delas e aqueles excluídos pelas barreiras culturais, financeiras ou educacionais.

6. Bibliografia

Livros e artigos acadêmicos:

1. CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade, cultura*; volume 1. São Paulo: Paz e Terra.
2. CÉBRIAN, Juan Luis (1999). *A Rede*. São Paulo: Summus.
3. DE PAULA, Silas e GUEDES, Olga (1999). *Sociedade de Informação: o futuro (im)perfeito*. VIII Encontro da COMPÓS, UFMG.
4. FERNANDES, Rubem César (1994). *Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
5. GATES, Bill (1995). *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
6. GIDDENS, Anthony (2000). *Mundo em Descontrole*. Rio de Janeiro: Record.
7. GOHN, Maria da Glória (2000). *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
8. GOMES, Wilson (1997). *Esfera pública política e media. Com Habermas, contra Habermas. Anais do VI Encontro anual da COMPÓS, Unisinos.*
_____ (1998). *Esfera pública política e media - II. Anais do VII Encontro anual da COMPÓS, São Paulo.*
9. GUEDES, Olga (1999). “*O Consumo das Novas Tecnologias de Comunicação na Esfera Privada*”. In: Coleção do I Colóquio Brasil - Reino Unido. INTERCOM.
10. HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



11. HALL, Stuart (2001). *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
12. HELD, David e MCGREW, Anthony (2001). *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
13. IANNI, Otávio (1996). *Teorias da Globalização*. Editora Civilização Brasileira.
14. LÉVY, Pierre (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
15. _____ (1998). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.
16. MARSHALL, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar
17. MATTELART, Armand e Michèle (1999). *História das Teorias da Comunicação*. Edições Loyola.
18. MORAES, Dênis de (2001a). *O Concreto e o Virtual*. Rio de Janeiro: DP&A
19. NEGROPONTE, Nicholas (1995). *A Vida Digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
20. SCHERER-WARREN, Ilse (1996). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
21. RUBIM, Antonio Albino Canelas (1996). *A comunicação e a política dos Neo-Zapatistas*. Caderno do CEAS, Salvador, n° 166, Novembro/Dezembro, 1996.
22. TRIVINHO, Eugênio (1996). *Sociedade, Razão e Cultura tecnológica*. Compós. São Paulo.
23. VIEIRA, Liszt (1999). *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.

Documentos digitais (www):

1. ALMEIDA, Jorge. *Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública Democrática* (<http://sites.uol.com.br/jorgealm/Esfera.html>)
2. DOWBOR, Ladislau (2000). *Economia da Comunicação*. (<http://ppbr.com/ld/9economia.shtml>)
3. FILHO, Paulo Cunha. *Modelos de cidadania digital: hipermídia e democracia na sociedade de informação* (http://www.eca.usp.br/gt_sociedadetecnologica/html/paulo_cunha98.html)
4. GIDDENS, Anthony. Entrevista à revista “Isto é” n° 1658 (<http://www.terra.com.br/istoe/1658/1658vermelhas.htm>)
5. GOMES, Wilson. *Opinião Política na Internet*.
6. GUEDES, Olga (1998). *Sociedade de Informação*.
7. LEMOS, André. (1998a) *As estruturas antropológicas do ciberespaço*. (<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html>)
8. LEMOS, André (1998b). *Ciber-Socialidade: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. (<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>)
9. MARTINO, L.C. (2000). *Globalização e Sociedade Midiática* (<http://www.pucrs.br/famecos/martino13.html>)
10. MORAES, Dênis de (2001b) *O ativismo Digital* (http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moraes-denis-ativismo-digital.html)
11. OLIVEIRA, Márcio Piñon. *Geografia, globalização e cidadania* (2000).



12. PAL, Leslie A . (1997). *Virtual Policy Networks: The Internet as a model of contemporary governance?*.
(http://www.isoc.org/inet97/proceedings/G7/G7_1.HTM)
13. PALACIOS, Marcos. *Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para uma discussão.* (1998)(<http://www.cfh.ufsc.br/~ciber/ant5203/cotidiano.html>)
14. POSTER, Mark (1995). *Cyberdemocracy: Internet and the Public Sphere.*
(<http://www.humanities.uci.edu/mposter/writings/democ.html>)
15. ROCHA, Marisa Perrone (2000). *A questão da cidadania na sociedade de informação.*
16. RUBIM, Albino Canelas. *Política Militarizada: Entre o Global e o Local.*
(<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/polimidiat.htm>)
17. TRIVINHO, Eugênio (1996). *Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace.* In: Revista Famecos
(<http://ultra.pucrs.br/famecos/rf5eugen.html>)
18. UINOMEN, Paula. *The Internet as a Tool for Social Development* (1997)
(http://www.isoc.org/inet97/proceedings/G7/G7_1.HTM)

**** Jornalista recém-graduado pela Universidade Federal do Ceará tendo defendido monografia com o título “Cidadania Digital”. Prêmio “Destaque Científico” nos Encontros de Iniciação à Pesquisa da UFC com pesquisa sobre o uso da Internet por organizações da sociedade civil. Bolsista do CNPq entre agosto de 1999 e outubro de 2001. Aprovado para o semestre 2002.1 do mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia na linha de Comunicação e Política.**

ⁱ A linha histórica dos meios de comunicação nos mostrou que os meios de comunicação acabam, na verdade, se complementando. O rádio não acabou com o teatro nem com o jornal. A televisão também não eliminou o rádio. O que não podemos deixar de dizer é que não apenas os *media*, mas também as tecnologias se complementam. Satélites, cabos, televisão, computador, fibra óptica são maquinários convergentes.

ⁱⁱ No dizer de Manuel Castells, identidade é o “processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” (CASTELLS, 1999). Interessante colocar aqui para complementar a visão de Stuart Hall (2001): “... a identidade é realmente algo formado a longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou ‘fantasiado’ sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’ (...) Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”.

ⁱⁱⁱ Se tomarmos o caso brasileiro isoladamente, perceberemos um Brasil “real” bem diferente do Brasil “virtual”. De acordo com o levantamento do Ibope eRatings, o número total de internautas no Brasil chegou a 11,9 milhões em agosto passado. Gente de poder aquisitivo, com boa educação, moradia, etc.

^{iv} É bom que se diga que o próprio capitalismo passa por mudanças cruciais, por um “processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas” (CASTELLS, 1999). O processo de globalização atinge do indivíduo à nação.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

^v Muitos analistas políticos se queixam do atual “vazio” nas campanhas políticas, onde no lugar de propostas são mostradas as qualidades pessoais dos candidatos, seja como membro da família ou companheiro de trabalho. A máxima se aproxima do enunciado: “Eleição é marketing, o resto é política”. Ou como bem afirma Jorge Almeida, “o público leitor dá lugar ao consumidor: o mundo criado pelos mídias só na aparência ainda é esfera pública”.

^{vi} Aqui seguimos aquela tática de “exagerar para ser didático”. Esta tal independência do usuário às vezes é bem relativa. Primeiro porque nem todos desejam participar do processo de interação, provendo informações; segundo, não podemos falar de pluralidade absoluta num mundo onde a grande maioria dos sistemas operacionais e de ferramentas básicas, como o editor de texto, são monopolizadas por uma gigante norte-americana, a Microsoft.

^{vii} Aqui não se deve deixar de dizer que a grande novidade da Internet, sob nosso ponto-de-vista, encontra-se nas possibilidades abertas. Não é por ter um site na rede mundial de computadores que estaremos estabelecendo obrigatoriamente a comunicação no sentido estrito da palavra: quem garante que algum usuário vai acessar meu conteúdo, quem garante que terei um interlocutor?